

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FIO CONDUTOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS MUNICIPIOS NO BRASIL

Jorge Luiz Peclat de Almeida
peclatalmeida@gmail.com

Paula Cristina Afonso dos Santos Ferreira
Paula.prof@terra.com.br

Ricardo Nascimento Ferreira
ricardo.n.ferreira@terra.com.br

RESUMO

O artigo em questão abordou o papel crucial da Economia Solidária enquanto fomento para o desenvolvimento social e econômico local. Uma conjuntura que abrigou o objetivo do estudo, que foi analisar as Moedas Sociais como recurso de promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades locais no Brasil. Para explorar o objetivo, a metodologia adotada foi a revisão de literatura, baseada no procedimento de pesquisa bibliográfica, estabelecendo um estudo de ordem qualitativa em meio ao estreito observacional e descritivo. Como conclusão, o estudo conferiu que o Banco Comunitário de Desenvolvimento, ao utilizar a Moeda Social, seja moeda física ou virtual, cartão de crédito ou e-dinheiro, coloca-se como uma alternativa de fomento ao desenvolvimento sustentável das comunidades locais, gerando empregos e renda para pessoas de baixa renda e promovendo arrecadação para os municípios.

Palavras-chaves: Economia Solidária; Banco Comunitário de Desenvolvimento; Moeda Social; inclusão financeira.

ABSTRACT

The article in question discussed the crucial role of Solidarity Economy as a catalyst for local social and economic development. This context embraced the study's objective, which was to analyze Social Currencies as a resource for promoting sustainable development in local communities in Brazil. To explore this objective, the methodology adopted was a literature review, based on bibliographic research procedures, establishing a qualitative study within a narrow observational and descriptive scope. As a conclusion, the study found that the Community Development Bank, by using Social Currency—whether physical or virtual, credit cards or e-money—serves as an alternative for promoting sustainable development in local communities, generating jobs and income for low-income individuals, and fostering revenue for municipalities.

Keywords: Solidarity Economy; Community Development Bank; Social Currency; financial inclusion.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo explorar como a moeda social, dentro do contexto da Economia Solidária, pode servir como um mecanismo de estímulo ao desenvolvimento local. Em particular, busca-se analisar como essas moedas podem contribuir para a inclusão econômica de indivíduos de baixa renda, facilitar o acesso a bens e serviços e promover a geração de empregos. Ao oferecer uma alternativa à moeda tradicional, a moeda social pode preencher lacunas deixadas pela ausência de políticas públicas adequadas e criar oportunidades para o crescimento econômico local.

Na busca por novas soluções de enfrentamento das mazelas sociais, como a exclusão social e o desemprego, surgiu um modelo organizacional denominado Economia Solidária (ES). Ao assessorar os menos favorecidos, a ES se estabeleceu como um movimento inovador, o qual revitaliza e atualiza a economia social, trazendo-a para o século XXI, conforme a explanação de Passos (2007).

Pode-se dizer que a ES emergiu como um modelo alternativo, que trouxe consigo a amalgama entre a inclusão social e o desenvolvimento econômico sustentável. Dentro desse contexto, a Moeda Social (MS) se tornou a representação de uma ferramenta essencial, que, por sua vez, se estabeleceu como uma forma alternativa de moeda, posicionando-se de maneira concomitante com a moeda oficial de um país. Sendo a MS frequentemente utilizada em iniciativas de ES.

Através de uma revisão da literatura existente e da análise de casos práticos, este estudo visa demonstrar como a moeda social, seja na forma de moeda física, virtual, cartões de crédito ou e-dinheiro, pode ser uma ferramenta eficaz para fortalecer a Economia Solidária e, conseqüentemente, apoiar o desenvolvimento sustentável das comunidades mais necessitadas. A proposta é avaliar as potencialidades e desafios da implementação dessas moedas, destacando o impacto positivo que elas podem ter na melhoria das condições de vida e na promoção de uma economia mais inclusiva e equitativa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A primeira parte do referencial teórico contextualiza a temática, mostra como se deu a evolução do conceito da economia solidária como está inserida em múltiplas perspectivas institucionais e níveis de análise, bem como, a forma vem sendo trabalhado atualmente. Já a segunda parte, a política corporativa define e mede diferentes tipos de aplicação da economia solidaria atraves dos bancos comunitários e a utilização das moedas sociais como um

instrumento reativas e proativas e com vantagens para desenvolvimento local dos municípios carentes

2.1. Economia Solidária

Conforme Passos (2007), para entender as finanças solidárias, é necessário compreender o campo da Economia Solidária (ES). Segundo a autora, a ES apresenta dimensões, sendo uma ideológica e a outra empírica. Ainda, ela traduz este fenômeno econômico como: “[...] um movimento de renovação e atualização histórica da Economia Social” (PASSOS, 2007, p. 26). Os termos economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, foram cunhados por

No entanto, no que tange o campo ideológico da economia, pode-se identificar duas categorias. A primeira que trata a ES, entendendo-a como uma economia dos excluídos, em que as pessoas desempenham as atividades solidárias buscando alternativas à exclusão. Já a segunda, entende a ES como um movimento contra hegemônico, em que a adesão às iniciativas solidárias se baseia na crença, nos princípios de cooperação e na solidariedade (PASSOS, 2007).

Um dos objetivos da ES trata-se do intento de proporcionar o desenvolvimento da produtividade local, que, por conseguinte, humaniza as relações de trabalho e fomenta a produção. De tal maneira, a ES acaba por aquecer a democracia nas relações de trabalho, colocando-se como uma forma para afastar os trabalhadores da alienação do capital. Logo, a ES apresenta-se como um caminho viável para a superação de crises econômicas, além disso, se estabelece como um elemento favorecedor do crescimento econômico, do desenvolvimento social e do bem-estar coletivo (FRANÇA FILHO, 2007).

2.2. Bancos Comunitarios de Desenvolvimento

Bancos Comunitários são instituições financeiras que operam com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social local. Eles funcionam como uma alternativa ao sistema bancário tradicional, proporcionando serviços financeiros diretamente voltados para as necessidades das comunidades locais, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade econômica. A principal ideia é promover a inclusão financeira e fortalecer redes de solidariedade entre os membros da comunidade. Fomentar o desenvolvimento econômico local por meio da criação de empregos, geração de renda e apoio a iniciativas comunitárias. Estimular o uso da moeda local para que os recursos financeiros circulem dentro da própria comunidade, beneficiando os negócios locais e a economia local.

Muitos Bancos Comunitários utilizam a moeda social, que pode ser física, virtual, ou em formatos digitais como cartões de crédito e e-dinheiro. Essa moeda é emitida e regulada pelo próprio banco comunitário e tem como objetivo facilitar as transações dentro da comunidade, promovendo uma economia mais sustentável e equitativa.

Os Bancos Comunitários começaram a ganhar destaque no Brasil no início dos anos 2000, como parte de uma crescente movimentação em torno da Economia Solidária. Eles foram criados para enfrentar as desigualdades e a falta de acesso a serviços financeiros tradicionais em comunidades de baixa renda.

Os Bancos Comunitários frequentemente ajudam a criar empregos e promover o empreendedorismo local. Ao incentivar o uso de moedas sociais e apoiar negócios locais, esses bancos ajudam a manter os recursos financeiros dentro da comunidade. Oferecem serviços financeiros para pessoas que, de outra forma, poderiam estar excluídas do sistema financeiro tradicional. Manter a viabilidade financeira e a operação dos Bancos Comunitários pode ser desafiador, especialmente sem o apoio adequado.

A regulação e o reconhecimento legal das moedas sociais e das operações dos Bancos Comunitários podem ser complexos e variar conforme a legislação local. Esses conceitos e desenvolvimentos fornecem uma base sólida para entender o papel e a importância dos Bancos Comunitários no Brasil.

2.3. Agenda 2030 e os desafios de inclusão econômica

Os ODS são um conjunto de 17 objetivos globais estabelecidos pela ONU em 2015 para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos até 2030. Alguns objetivos particularmente relevantes para a economia solidária e a inclusão social incluem: Erradicação da Pobreza (ODS 1): A economia solidária visa criar oportunidades econômicas para grupos marginalizados, ajudando a reduzir a pobreza; trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8): A economia solidária pode contribuir para empregos mais justos e sustentáveis, promovendo condições de trabalho dignas; redução das Desigualdades (ODS 10): A economia solidária frequentemente se foca na inclusão de grupos desfavorecidos, ajudando a reduzir desigualdades sociais e econômicas. cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11): A economia solidária pode promover o desenvolvimento local e a criação de comunidades mais resilientes e sustentáveis.

2.4. Economia Solidária

A economia solidária é um modelo econômico que valoriza a cooperação, a solidariedade e a justiça social. Ela inclui práticas como cooperativas, associações e empresas de propriedade coletiva. Seus principais princípios incluem: participação e Democracia: As decisões são tomadas de forma coletiva e participativa; equidade: Busca a distribuição justa dos recursos e benefícios; sustentabilidade: Foca na sustentabilidade ambiental e social.

Apesar dos avanços, a inclusão social ainda enfrenta diversos desafios: acesso a Recursos e Oportunidades: Muitas comunidades marginalizadas têm acesso limitado a recursos e oportunidades econômicas; educação e capacitação: a falta de acesso à educação e capacitação adequada pode restringir a capacidade dos indivíduos de participar plenamente da economia solidária; preconceitos e discriminação: barreiras sociais e culturais podem dificultar a inclusão de certos grupos; sustentabilidade econômica: Muitas iniciativas de economia solidária enfrentam dificuldades financeiras e desafios para se manter sustentáveis a longo prazo.

Integrar os ODS na economia solidária e superar esses desafios é crucial para criar um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. portanto, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 8 (ODS 8) como meta o fomento do crescimento econômico sustentável e inclusivo, visando o emprego pleno, a produtividade e o trabalho digno para todos. As MS e a ES estão alinhadas com vários objetivos do ODS 8, que são metas globais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), as quais promovem o bem-estar social, econômico e ambiental até 2030 (ONU, 2020).

2.5. Moeda social e desenvolvimento local

Segundo o Banco Central do Brasil (2008) as moedas sociais são uma tecnologia de autofinanciamento, ou seja, colocam-se como um instrumento de natureza e estrutura contratual, possuindo potencialidade para sanar ou abrandar o problema do desencaixe entre disponibilidade de capital (recursos disponíveis) e necessidades não atendidas. Em outras palavras, tomando por base Singer (2009, p. 3), essa ferramenta de finanças sociais é: “[...] um instrumento de troca e meio de pagamento criado e operado por associações autogestionárias”. Sendo que a MS circula juntamente com a moeda oficial do país, porém, o seu foco está na inclusão de grupos que normalmente são excluídos do mercado financeiro tradicional.

A denominação de MS ocorre, segundo França Filho e Silva Júnior (2009), dentre outros fatores, pelo fato de se tratar de uma ferramenta que está a serviço da comunidade. A

comunidade cria e implementa a MS na economia local, adotando-a com o único objetivo de solucionar problemas socioeconômicos que a população enfrenta. Dessa forma, dribla a dificuldade de acesso financeiro junto às instituições tradicionais, conexas com a moeda oficial, as quais não são capazes de assistir à população menos favorecida em virtude do risco de crédito (PINHEIRO, 2013).

O sistema financeiro nacional não atende plenamente às necessidades de moeda e crédito das comunidades pobres na economia globalizada. O exemplo do Banco Palmas, como primeiro emissor de MS, tornando-se incentivador desta ferramenta financeira, trouxe um novo olhar para economia brasileira, facilitando a aceitação deste viés para a comercialização de produtos produzidos localmente e para promoção da inclusão financeira (PINHEIRO, 2013).

A MS local circulante, também chamada de circulante local, de fato, é para o país uma alternativa complementar à moeda nacional, o Real. Ela é componente estratégico fundamental na consolidação dos BCD (PINHEIRO, 2013). A noção de MS pode parecer estranha à primeira vista, já que muitas pessoas acreditam que o desenvolvimento nacional e o crescimento econômico estão essencialmente associados a uma moeda nacional, a qual seja valorizada no mercado internacional. No entanto, são poucas pessoas que percebem a importância de um bom funcionamento do sistema monetário, o que significa estar atento a relação monetária com o bem-estar da comunidade, assim como, com o equilíbrio do meio ambiente (SOLOMON, 1996).

Logo, o e-dinheiro possui a vantagem da prática de menores custos de transação, pois não exige impressão de moedas, que é um processo oneroso mesmo para as MS. O e-dinheiro também supera o problema da credibilidade na MS no formato físico, pois evita problemas como cédulas rasgadas, que, dependendo do seu estado, não são trocadas por Reais. Outro fator a se destacar, é que a implementação do e-dinheiro é simples e barata, tornando-se uma ferramenta que abre margens para a multiplicação dos BCD, favorecendo, consequentemente, o surgimento de MS no território nacional.

3. MÉTODO

Pode-se qualificar esta pesquisa como qualitativa por dar relevância a aspectos peculiares e abordar em profundidade esses aspectos da empresa estudada. A pesquisa qualitativa caracteriza-se pela ausência da estatística no processo de análise do problema. Pode-se dizer que este método é adequado para pesquisas que visam o aprofundamento de levantamento de dados, sendo assim o mais adequado para este trabalho.

Segundo Merriam (1998, p. 5) pesquisa qualitativa “é um conceito guarda-chuva cobrindo algumas formas de investigação que nos ajuda a entender e explicar o significado do fenômeno social com a menor quebra possível do ambiente natural”.

4. RESULTADOS

Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP) que criou o Banco Palmas, tratando-se de uma organização do bairro Conjunto Palmeiras, situado numa região pobre de Fortaleza, com cerca de 30 mil habitantes. No início, a ASMOCONP criou um sistema econômico no bairro, havendo uma linha de crédito alternativa para produtores e consumidores da região, adotando, para tanto, instrumentos de incentivo ao consumo local, sendo: o cartão de crédito Palmacard e a MS Palma. Os instrumentos colocaram-se como novas formas para a comercialização nas feiras e lojas solidárias da região, o que gerou emprego e renda para diversas pessoas do bairro (MOSTAGI *et al*, 2019).

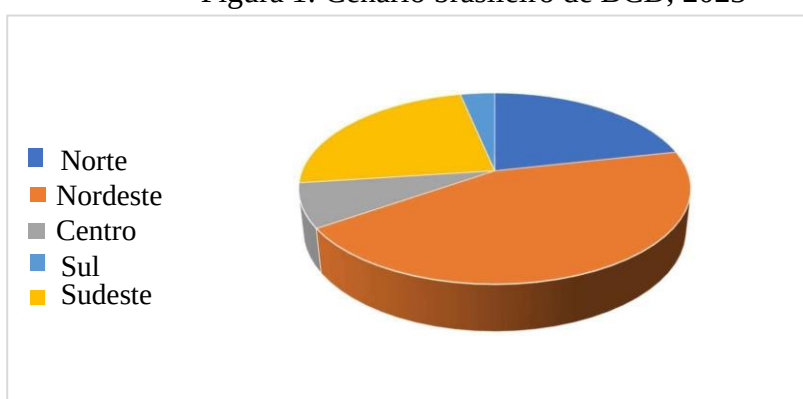
Logo, o Banco Palmas, se estabeleceu como um projeto da ASMOCONP, que ficou conhecido como exemplo de organização comunitária. Sendo uma demonstração de atividade que impulsionou o desenvolvimento do bairro Conjunto Palmeiras, gerando perspectivas tanto econômica quanto cultural para a localidade. Isto feito, com base nos princípios pertinentes a ES. Tratando-se de uma estratégia para gerar renda para o bairro, trazendo riqueza através da orientação do consumo e do apoio ao empreendedorismo local, concedendo microcrédito para os produtores e comerciantes locais. Inclusive, sobretudo, ao ofertar um cartão de crédito potencializou o consumo dentro do bairro (SOUSA, 2011).

Devido a metodologia pioneira do Banco Palmas, atualmente, a organização se tornou uma referência em ES, não só no Brasil, como no mundo, impulsionando a prática das microfinanças. Até mesmo, estimulando a implantação de sua metodologia para outros municípios, através de uma rede de bancos comunitários orientada pelo Instituto Banco Palmas. Inclusive, uma abrangência metodológica que foi incorporada por outros países, como o Equador e a Venezuela (MOSTAGI *et al*, 2019).

Ressaltando-se que o Instituto Banco Palmas foi criado em 2003, colocando-se como um captador de recursos, tanto públicos quanto privados, justamente para se tornar apoiador do Banco Palmas e se estabelecer como rede de suporte para futuros outros BCD. Neste mesmo ano, em muitos municípios, a metodologia do BCD entrou para o debate, pois se fortaleceu como um formato para geração de trabalho e renda para os mais pobres (MELO NETO SEGUNDO e MAGALHÃES, 2007).

Com a introdução dos correspondentes nos BCD, o Instituto Banco Palmas tornou-se o gestor da rede de correspondentes. E outro elemento da parceria foi a intermediação, pelo Banco Popular do Brasil, do repasse de recursos do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado para que os BCD em criação organizassem suas linhas de crédito. As parcerias com a SENAES e com o Banco Popular do Brasil foram determinantes para a consolidação e disseminação do conceito de BCD no país (FOGUEL, 2009). A Figura 1 demonstra a distribuição da rede brasileira de BCD no cenário contemporâneo.

Figura 1: Cenário brasileiro de BCD, 2023



Fonte: Silva e Pereira (2023), adaptação do autor.

Percebe-se na Figura 1, que a região Nordeste possui a maior quantidade de BCD, com representatividade de quase a metade de todos eles no Brasil. Situação que pode ser explicada por dois fatores: i) a região é o berço dos BCD abrigando o Banco Palmas, sediando mais da metade deles, 65 bancos; e ii) a região é a segunda em maior exclusão financeira no país, atrás apenas da região Norte, que é o outro destaque em quantidade de BCD.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na análise e discussão dos resultados, buscou-se associar os resultados ao referencial teórico, bem como aos objetivos específicos que são os seguintes: Quais as áreas (1) Erradicação da Pobreza, (2) Trabalho Decente e Crescimento Econômico, (3) 3. Redução das Desigualdades, (4) Cidades e Comunidades Sustentáveis (5) Sustentabilidade Econômica (6) Preconceitos e Discriminação. Quais os principais desafios da economia solidária e o seu impacto no desenvolvimento local? O que me aflige? (considerando os problemas sociais da comunidade).

A moeda social é uma ferramenta importante dentro da economia solidária e pode ter

impactos significativos no desenvolvimento local e incentiva os consumidores a comprarem produtos e serviços de empresas locais, fortalecendo o comércio local e mantendo o dinheiro dentro da comunidade. Empresas e cooperativas que aceitam moeda social podem expandir suas operações e criar novos empregos, contribuindo para o desenvolvimento econômico local. A moeda social pode ser usada para facilitar o acesso a serviços e recursos para grupos marginalizados, promovendo maior inclusão social. A utilização da moeda social pode ajudar a construir um senso de pertencimento e empoderamento dentro da comunidade, promovendo a coesão social.

Muitas moedas sociais incentivam práticas sustentáveis e responsáveis, ajudando a promover empresas que adotam princípios de responsabilidade ambiental e social. Ao apoiar negócios locais e práticas sustentáveis, a moeda social pode contribuir para a redução da pegada ecológica da comunidade. A moeda social pode promover a cooperação entre diferentes atores locais, como empresas, organizações e cidadãos, reforçando redes de solidariedade e apoio mútuo. A implementação da moeda social muitas vezes envolve a participação ativa da comunidade na criação e gestão da moeda, incentivando o engajamento cívico.

A aceitação da moeda social por empresas e consumidores pode ser um desafio, e é essencial garantir que a moeda tenha um valor real e reconhecido dentro da comunidade. A gestão eficaz da moeda social é crucial para garantir sua sustentabilidade a longo prazo. É necessário desenvolver sistemas de monitoramento e avaliação para assegurar que a moeda alcance seus objetivos. A moeda social pode ter um impacto positivo significativo no desenvolvimento local ao fortalecer a economia local, promover a inclusão social e estimular práticas sustentáveis. No entanto, seu sucesso depende de uma gestão eficaz e da aceitação por parte da comunidade.

6. CONCLUSÃO

Com o crescimento do desemprego, da miséria e da exclusão social, que tem se agravado com o processo de Globalização, que influenciou a economia, a ES vem se consolidando através de ações concretas. Tornando-se, assim, uma alternativa para a melhorar a qualidade de vida das pessoas mais pobres, visto que permite através de iniciativas a ajuda financeira dessas pessoas, impactando na geração de renda e emprego.

O sistema financeiro tradicional tem tomado rumos cada vez mais excludentes, no qual o risco de crédito se coloca cada vez mais distante da população de baixa renda e dos pequenos

comerciantes. Ou seja, a população menos provida financeiramente está às margens do sistema financeiro nacional tradicional, que os afasta na hora de conceder créditos e financiamentos, devido à falta de garantias. Um cenário em que os BCD e suas MS estão tomando esse papel econômico importante, oferecendo o acolhimento financeiro para os mais pobres, demonstrando grande capacidade como ferramenta de inclusão financeira, que, ainda, promove o desenvolvimento regional.

Portanto, a ES se apresenta como um modelo financeiro alternativo, o qual é democrático por trazer a oportunidade de crédito aos membros de comunidades carentes, como também os permite participar da formação da estrutura financeira dos BCD. Logo, a ES é o espelho de uma construção de uma força comum, que emerge da união de uma comunidade, como o caso do Banco Palmas no Ceará.

Assim, pode-se concluir que o BCD, por meio de ferramentas de MS, como moeda física, cartão de crédito e e-dinheiro, coloca-se como um recurso para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades brasileiras, podendo gerar empregos e renda para pessoas mais pobres e estimular a arrecadação para os municípios. Havendo, assim, uma forma para se estabelecer a inclusão social, e, concomitantemente, abarcar a redução da dependência da economia global, fortalecendo a economia de uma determinada região. Situação que significa uma força contrária à miséria, a qual apoia-se na capacitação, no empoderamento, no estímulo ao capital social e no microcrédito. Sendo a ES um viés econômico para melhorar a qualidade de vida nas comunidades brasileiras menos favorecidas.

REFERÊNCIAS

- ARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BARRETO, I. C.; CERIDONO, J. G.; BUENO, V. G. **Introdução da moeda eletrônica e seus impactos na comunidade**: caso do Banco Palmas-CE. São Paulo: FGV, 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Microfinanças**. VII Seminário Banco Central sobre microfinanças, Belo Horizonte- MG, 2008. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/apres_116.pdf> Acesso em: 13 fev. 2024.
- FOGUEL, F. **Redes de Colaboração Solidária**: um estudo sobre a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras – Fortaleza/CE. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2009.
- FRANÇA FILHO, G. C. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos Bancos Comunitários. In: SILVA JUNIOR, J. T.; CANÇADO, A. C.; SCHOMMER, P. C (Orgs.). **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Ceará, 2008. p. 117-128.
- FRANÇA FILHO, G.; SILVA JÚNIOR, J. Bancos Comunitários de Desenvolvimento

(BCD). In: LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. (Orgs). **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. p. 31-37.

FREITAS, A. F. Incubadora social UFG, prática metodológica na incubação de empreendimentos de Economia Solidária. **Anais... X Mostra de Extensão e Cultura da UFG**, p.14.945- 14.950, outubro de 2012. Disponível em: <https://eventos.ufg.br/SIEC/portalproec/sites/site5701/site/artigos/13_extensao-cultura/extensao-cultura.pdf>. Acesso 12 abr. 2024.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **A revolução das moedas sociais: do PalmaCard ao e-Dinheiro**. 2024. Disponível em: <<https://www.institutobancopalmas.org/a-revolucao-das-moedas-sociais-do-palmacard-ao-e-dinheiro/>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

INSTITUTO BANCO PALMAS. **Rede Brasileira de Bancos Comunitários**. 2023. Disponível em: <<https://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

JAYO, M. **Correspondentes bancários como canais de distribuição de serviços financeiros**: taxonomia, histórico, limites e potencialidades dos modelos de gestão de redes. Tese (doutorado) – Escola de Administração de empresas de São Paulo. São Paulo: FGV/EAESP, 2010.

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. **Bairros Pobres Ricas Soluções: BancoPalmas Ponto a Ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2007.

MELO, J. J. O Banco de Palmas. In: FUNDAÇÃO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES (Org.). **Economia Solidária: desafios para um novo tempo**. Salvador: FLEM, 2003. p. 97-106.

MOSTAGI, N.C.; PIRES, L. L.; MAHNIC, C. L. P.; SANTOS, L. M.L. Banco Palmas: inclusão

e desenvolvimento local. **Interações**, MS, v. 20, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2019.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2020. Disponível em:

<<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PASSOS, O. A. V. D. **Estudo exploratório em bancos comunitários: conceito, características e sustentabilidade**. Dissertação (mestrado) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2007.

PINHEIRO, A. L. G. **Democratização da economia e inclusão financeira: desenvolvimentos socioeconômico humanizado, solidário e sustentável: a experiência do Banco Palmas**. Fortaleza: Banco Palmas, 2013. Disponível em: <<https://www.institutobancopalmas.org/wp-content/uploads/Artigo-Gina-Pompeu-2-Salvo-Automaticamente-1.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SILVA JÚNIOR., J. As experiências de bancos comunitários como ação de finanças solidárias para o desenvolvimento territorial. **Anais... Colóquio Internacional Sobre Poder Local**, v. 10, Salvador, 2006.

SILVA, R. V. M; GÓIS, L. S. As diferentes metodologias de crédito no mundo e no Brasil. Tecnologia de Crédito. **SERASA**, ano 11, n. 63, p. 11-30, 2007. Disponível

em: <<https://www.abscm.com.br/uploads/publicacoes/As%20diferentes%20metodologias%2>

0 de%20microcredito%20no%20mundo%20e%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SILVA, S; PEREIRA, C. **Bancos comunitários, moedas sociais e políticas públicas: da experiência pioneira do banco Palmas (Fortaleza-CE) ao modelo difusor do banco Mumbuca (Maricá-RJ)**. Texto para Discussão n. 2843. Rio de Janeiro: IPEA, 2023.

SINGER, P. **Clubes de Trueques y Economia Solidaria Trueque**. Buenos Aires: Nodo Obelisco-Red Global de Trueque, 1999. Disponível em: <<https://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/ico-ungs/20110914114945/trueque.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SINGER, P. Economia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SINGER, P. **Finanças solidárias e moeda social**. Brasília: Banco Central do Brasil. 2009. Disponível em:

<<http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3ADC4216013AFAE0DA6514F7/FINAN%C3%87AS%20SOLID%C3%81RIAS%20E%20MOEDA%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SOLOMON, L. D. **Rethinking our Centralized Monetary System: The Case for a System of Local Currencies**. Westport: Praeger, 1996.

SOUSA, T. T. A economia solidária como meio para o desenvolvimento sustentável: **caso do Banco Palmas**. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Economia Universidade do Porto. Porto: U.Porto, 2011.